



## A AÇÃO DO NEOLIBERALISMO NA REFORMA DO ESTADO: CONSEQUÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

ARAÚJO, S. B.<sup>1</sup>  
PIRES, E. D. P. B.<sup>2</sup>  
RIBAS, G. F.<sup>3</sup>  
GOMES, M. A. A.<sup>4</sup>

### Resumo

O presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, cujo objetivo é ampliar as discussões acerca da ação do neoliberalismo na reforma do Estado e suas consequências para a educação, especificamente, na Educação Infantil onde foram desenvolvidas políticas de expansão baseadas na concepção do Estado Mínimo para políticas sociais com baixos investimentos e máximo para os interesses do mercado financeiro. No Brasil em particular na educação percebemos uma ação incisiva da política econômica globalizante, podemos apontar visivelmente essas intervenções a partir do corte crescente de gastos com a formação do professor, o aumento e incentivo do voluntariado principalmente na Educação Infantil, maior número de crianças nas salas. Dentro desse bojo de intervenções, a Educação Infantil sempre foi povoada por constantes interferências dos organismos internacionais com suas propostas, os direitos das crianças pequenas como a educação vêm sendo, muitas vezes, desrespeitado.

**Palavras-chave:** Banco Mundial. Educação Infantil. Políticas neoliberais.

### Introdução

Atualmente a importância que se tem dado a Educação, e em especial, a Educação Infantil, tem apresentado tamanho desafio para os estudiosos, pois, conforme

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação - Programa de Pós Graduação em Educação PPGED/UESB; Professora da Educação Básica. Membro do Grupo de Pesquisa em Ludicidade, Didática e Política e Práxis Educacional – LUDIPPE.

E-mail: [silbraujo@yahoo.com.br](mailto:silbraujo@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Doutora em Educação; Professora do Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem (DCHEL/UESB) e do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGED/UESB). Líder do Grupo de Pesquisa em Ludicidade, Didática, Política e Práxis Educacional – LUDIPPE. E-mail: [enniadebora@uesb.edu.br](mailto:enniadebora@uesb.edu.br)

<sup>3</sup> Mestranda em Educação - Programa de Pós Graduação em Educação PPGED/UESB; Professora do Instituto Federal da Bahia. Membro do Grupo de Pesquisa em Ludicidade, Didática, Política e Práxis Educacional – LUDIPPE. E-mail: [geovania.ribas@ifba.edu.br](mailto:geovania.ribas@ifba.edu.br)

<sup>4</sup> Mestranda em Educação – Programa de Pós Graduação em Educação PPGED/UESB; Assistente Social da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia UESB. Membro do Grupo de Pesquisa em Ludicidade, Didática, Política e Práxis Educacional – LUDIPPE. E-mail: [li\\_amparo@hotmail.com](mailto:li_amparo@hotmail.com)



aponta Leite Filho (2001), o ordenamento legal, a partir da Constituição Federal de 1988, ter avançado no Brasil, em termos de conceitos e reconhecimento de direitos para as crianças, onde apresenta um novo olhar tomando a criança na sua inteireza e reconhecendo o seu direito de ser atendida em creches e pré-escola, vinculado atendimento à área educacional e não mais à assistencialista visão estereotipada que a creche carregou por muitos anos. A partir dessa nova perspectiva de compreender a criança em sua totalidade, fato esse que impulsionou aos educadores, pesquisadores, governantes e militantes a continuarem na luta para que as garantias e as conquistas alcançadas legalmente venham a se tornarem concretas. Convém lembrar, no entanto, a influência que o ideário neoliberal exerceu sobre a efetivação das elaborações presentes na Carta Magna de 1988.

O neoliberalismo enquanto ideologia enfraquece o Estado e erige um monumento à livre iniciativa, como sendo portadora de todas as virtudes que podem conduzir à regeneração e à recuperação da democracia, da economia e da sociedade. O Brasil, assim como os demais países pobres da América Latina, foi fortemente persuadido por organismos multilaterais com planos de cooperação técnica e econômica, a exemplo do Banco Mundial que financiava projetos na área de educação, desde o final da década de 1940.

Decorrente dessas preocupações, Fonseca (1998, p. 37) afirma:

Em relação ao setor público brasileiro, o Banco atua como agência financiadora de projetos para a área de infra-estrutura econômica desde o final da década de 40, sendo que seus créditos representam pouco mais que 10% da dívida externa do país. A importância central do Banco ampliou-se, a partir dos anos 70, quando passou a constituir uma das mais relevantes fontes de financiamento para o setor social, senão a maior delas. O deslocamento para o lado social foi determinante para que o Banco suplantasse, na qualidade de articulador político entre os países, o prestígio de outras agências internacionais (como aquelas ligadas à ONU), as quais detiveram grande poder no diálogo mundial até os anos 70. Para a efetivação do novo papel, o Banco atua junto com o FMI na condução dos ajustes estruturais para a reforma dos Estados-membros rumo ao globalismo econômico. Registre-se, ainda, o seu desempenho como articulador da relação econômica entre os países do terceiro mundo, inclusive no que tange à negociação da dívida externa e à abertura comercial exigida no processo de globalização.



Nesse sentido, é possível afirmar que os organismos internacionais ressaltavam em suas propostas o objetivo central de melhorar a infraestrutura e a qualidade da educação através do aumento do número de matrículas e da diminuição da evasão e repetência. Tais condições impostas eram cruciais para os órgãos financiadores, para que a cooperação fosse estabelecida e o Brasil pudesse realizar seus empréstimos com esses organismos internacionais. Era necessário, portanto, aceitar as obrigações e suas condições que reforçavam, em última instância, a propagação das ideias do neoliberalismo em torno do desmonte do Estado e redução do aparato administrativo público.

No Brasil, sobretudo na educação, percebemos uma ação incisiva da política econômica globalizante, podemos apontar visivelmente essas intervenções a partir do corte crescente de gastos com a formação do professor; o aumento e incentivo do voluntariado, principalmente na Educação Infantil; maior número de crianças nas salas; emprego do livro didático impregnado da ideologia neoliberal; forte presença da ideologia gerencialista dentro gestão da educação pública.

Rosemberg (1992, p. 22), discutindo em seu artigo que trata da educação pré-escolar no período do governo militar, esclarece que

A década de 80, vista ao seu final, parece ter configurado um período de transição na prática e no debate relativo à educação da criança pequena. Se as tendências observadas já se prenunciavam em décadas anteriores, seus traçados tornam-se, agora, nítidos permitindo que se detectem alguns embates.

A Educação Infantil historicamente traz em seu processo constitutivo questões antagônicas, as quais suscitam embates de cunho filosóficos, políticos e conceituais constantes, como: assistencialismo x educação; público x privado. A partir dessa circunstância, povoada por constantes interferências dos organismos internacionais, Penn (2002, p.13) ressalta que, para o Banco Mundial, a criança representa um adulto plenamente produtivo, o “capital humano do futuro”. Com isso, muitas vezes o direito das crianças à educação vem sendo, desrespeitado. Sobre essa questão, Rosemberg (2008, p. 66) destaca que:

[...], no campo da Educação Infantil, o Banco Mundial entra no Brasil com uma nova concepção: a de “desenvolvimento infantil”, que, a meu ver, não significa apenas alteração na terminologia. Significa, sim, alteração de concepção, pois programas para o desenvolvimento infantil podem ser implantados pelas mães, por visitadoras



domiciliares, no contexto da casa, da rua, da brinquedoteca sob a responsabilidade de qualquer instância administrativa. E mais: no bojo de programas “focalizados” para o combate à pobreza corre-se o risco (já conhecido) de que eles não sejam complementares, mas substitutos dos programas setoriais universais.

Diacronicamente houve uma implementação de políticas de massa com modelos de baixo investimento de recursos públicos, como nos assevera a mesma autora:

Para se reduzir investimentos públicos, os programas devem se apoiar nos recursos das comunidades, criando programas denominados “não formais”, “alternativos”, “não institucionais”, isto é, espaços, materiais, equipamentos e recursos humanos disponíveis na “comunidade”, mesmo quando não tenham sido concebidos ou preparados para essa faixa etária e para seus objetivos (ROSEMBERG, 2002, p. 36).

A ideia de política social com caráter compensatório e aligeirado começou a surgir a partir da década de 90, com um modelo focado em atender a clientela nomeada de integrante de família vulnerabilizada pela pobreza ou situação de risco pessoal e social, conforme são apresentados nos discursos governamentais. Nesse sentido, o Estado passou a agir, prioritariamente, cortando/reduzindo os gastos sociais através de medidas compensatórias. Sobre isso, Peroni (1999) afirma:

Esse projeto de reforma do Estado busca racionalizar recursos diminuindo o papel do Estado no que se refere às políticas sociais. [...] Portanto, o que aparentemente seria uma proposta de Estado mínimo, configura-se como realidade de Estado mínimo para as políticas sociais e de Estado máximo para o capital (PERONI, 2003, p. 19).

O Banco Mundial acabou por impor suas ideias para as políticas públicas, tanto na sua concepção como na sua implementação, como condição para negociação de seus empréstimos. No lugar de colaborar para melhorar a qualidade, a equidade e a eficiência do sistema educativo, apresenta um pacote que reforça e investe na reprodução ampliada, onde o Estado se torna mínimo para as políticas sociais e máximo para o capital. Um outro parâmetro para definir a questão, Anderson (2008), fazendo um balanço provisório do neoliberalismo sobre sua atuação em países ricos, assinala:



Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas (ANDERSON, 2008 p. 23).

No cenário das reformas, a iniciativa privada surge como o novo conteúdo no cumprimento das funções públicas. O Estado aqui deixa de ser provedor de serviços públicos, passando a promotor e regulador, exercendo suas funções com base em sua capacidade. As diretrizes impostas pelo Banco Mundial são incorporadas como parâmetros da Reforma do Estado, implicando: redução de custos e racionalização do gasto público para assegurar a estabilidade financeira, melhoria da eficiência do aparelho do Estado, descentralização dos serviços, fazendo com que desapareça do Estado às atividades que possam ser desenvolvidas por outras instituições.

Anderson (2008) afirma que faz parte do neoliberalismo o princípio do Estado mínimo, no sentido das responsabilidades sociais, sendo transferidas do Estado para o indivíduo para a sociedade civil, voltando o destaque para o privado, para o voluntariado e para a filantropia, como é observado no histórico da Educação Infantil.

Diante do movimento forte e crescente em que se inseriu a política educacional em prol da descentralização, que já vinha acontecendo no Brasil desde antes do reconhecimento da Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, Oliveira (2008, p. 12) ressalta:

Diante da “internacionalização do mercado”, da crise econômica, da “década perdida”, da influência das propostas neoliberais, do refluxo dos regimes autoritários, da volta à democracia com governos eleitos pelo povo e da busca de maior participação, a questão da descentralização do estado entrou na ordem do dia.

Com base nesta afirmação, percebe-se que vários fatores concorreram para a expansão da influência de instituições multilaterais (Banco Mundial, UNICEF, UNESCO), impregnadas por fundamentos neoliberais, nas políticas governamentais por eles dirigidas, e que atingiu todas as esferas da sociedade brasileira.





Por força dessa teoria, pode-se afirmar que a reforma do Estado deve ser analisada através do contexto das redefinições do papel do Estado, que deixa de ser o ajuizador principal pelo desenvolvimento econômico e social e passa a exercer o papel de promotor e regulador desse desenvolvimento.

### **Considerações finais**

O histórico da educação brasileira e em particular a Educação Infantil vem demonstrando constantes alterações resultante das mudanças econômicas, políticas e sociais, com a reforma do Estado, como consequência podemos observar que as políticas sociais e as políticas educacionais estão implicadas na lógica do Estado mínimo, implementadas com mais efervescência nos anos 90 sob a influência dos dogmas neoliberais.

A partir da reforma do Estado a proposta educacional destinada a Educação Infantil teve como foco os recursos da comunidade, com vista a deprender poucas verbas do Estado em relação à sua expansão e manutenção. Esse modelo deixou heranças na educação brasileira que até hoje percebemos, como o aumento e incentivo do voluntariado, incentivo a programas que são os modelos “não formais” vinculados a recursos improvisados como espaços físicos inadequados, corte crescente de gasto com a formação do professor e a expansão das políticas de massa com modelos de baixo investimento de recursos públicos na Educação Infantil essas são a ação da política globalizante, com vistas a isentar o Estado de suas responsabilidades na medida em que dividi a sociedade civil a responsabilidade com a Educação Infantil.

Assim podemos perceber que as políticas educacionais destinadas a educação Infantil são historicamente povoadas pelo voluntariado e para a filantropia, como é observado no histórico da Educação Infantil.



## Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir. (Orgs.). **Pós-Neoliberalismo** - As políticas sociais e o Estado democrático. 8 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

FONSECA, Marília. O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro. **Revista da Faculdade de Educação**. v. 24, n.1, São Paulo, Jan./Jun. 1998. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-25551998000100004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-25551998000100004&script=sci_arttext) Acesso em 01 de junho de 2017.

LEITE FILHO, Aristeo. Proposições para uma educação infantil cidadã. In: Garcia, R. L.; Leite Filho, A. (Orgs.). **Em defesa da educação infantil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 29-58. (Coleção O sentido da escola 18).

PENN, Helen. Primeira Infância: A Visão do Banco Mundial. **Cad. de Pesquisa**, n.115, p. 07-24, mar. de 2002.

PERONI, Vera: **Políticas educacional e papel do Estado**: no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. In: GENTILI, Pablo; Sader, Emir (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. 8 Ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. p. 24-28.

ROSEMBERG, Flúvia. Do embate para o debate: educação e assistência no campo da educação infantil. In: MACHADO, Maria Lúcia de A. (Org.). **Encontros e desencontros** em educação infantil. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 63-78.

\_\_\_\_\_. Organizações multilaterais, Estado e políticas de educação infantil. **Cad. de Pesquisa**, São Paulo, n.115, p. 25-63, mar. 2002.

ROSEMBERG, Fúlvia; AMADO, Tina. Mulheres na Escola. **Cad. de Pesquisa**, São Paulo, n. 80, p. 62-74, fev. 1992.